

Etnografando empoderamento entre Promotoras Legais Populares: noções de “cidadania”, “direitos”, “igualdade” e “justiça”¹

Amanda Martha Campos Scott (FAGES/UFPE/GMM)

Palavras-chave: Empoderamento. Etnografia. Promotoras Legais Populares.

Resumo: O presente trabalho versa sobre mulheres “difíceis de domar”, uma vez que reconhecem e vivem noções de empoderamento em suas trajetórias de vida, na promoção de direitos, cidadania, igualdade e justiça. Etnografamos Promotoras Legais Populares formadas pela ONG Grupo Mulher Maravilha, em Nova Descoberta, Recife- PE, para descobrir o aflorar de uma “cidadania” explicitada diferentes vertentes, vistas através de seus próprios relatos de experiências de vida e atuação. As paralegais surgiram há mais de 50 anos na África e se espalharam pela América Latina, chegando ao Brasil em 1993, através da ONG Themis, em Porto Alegre, seguida da UMB, União de Mulheres de São Paulo. Nossas protagonistas elaboram em seus discursos significados próprios para empoderamento e a vivência de sua cidadania, quando relatam sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres, posicionamento político, articulação e mobilização social, demonstrando aspectos além do status puramente legal para suas condutas. Em suas falas, é possível analisar formas pelas quais elas se tornam “difíceis de domar”, exercitando, assim, mais amplamente sua cidadania por, a princípio, quatro motivos: possuírem uma rede que as apoia, saberem construir sua vida particular, terem um posicionamento político bem resolvido, e saberem tornar outras mulheres também difíceis de domar.

Introdução

A ONG Grupo Mulher Maravilha (GMM) tem formado turmas de Promotoras Legais Populares (PLPs) ao longo de sua história. Etnografamos egressas dos cursos de formação para perceber suas noções e maneiras de atuação relativas à cidadania, aos direitos, à promoção da igualdade e acesso à justiça, encontrando em suas falas diferentes visões as quais fazem parte de uma noção mais geral e intimista do que seria empoderamento no seu ponto de vista, em suas próprias palavras. Revelou-se nos relatos que as PLPs atuantes (em maior ou menor grau) se consideram “difíceis de domar”, uma vez que são agora conhecedoras e defensoras das leis “sujeitos posicionados” na busca pelos seus direitos.

Ainda em 2009, a Secretaria da Mulher de Pernambuco ofereceu o curso de PLPs para 1.100 mulheres na Região Metropolitana do Recife (RMR), distribuídas entre Recife

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

(690), Jaboatão (140) e Olinda (270), atingindo os 11 bairros considerados com o maior índice de violência pelo Ministério da Justiça. Com a capacitação, as mulheres se tornaram PLPs, Mulheres da Paz e Educadoras Sociais. Elas obtiveram três certificados com as três nomenclaturas. Sendo 1.100 mulheres distribuídas em 36 turmas, que tiveram 210 horas de formação teórica, além de 240 horas de vivência prática. O curso de formação abordou temas importantes como: políticas públicas, violência doméstica (Lei Maria da Penha), violência urbana, saúde, documentação, cidadania, direitos sexuais e acesso à rede de serviços públicos. Foi um ano de trabalho intenso com a participação de onze bairros: Santo Amaro, Joana Bezerra, Imbiribeira, Iputinga, Água Fria, Nova Descoberta, Campo Grande, Rio Doce, Peixinhos, Águas Compridas e Prazeres (Secretaria da Mulher de Pernambuco, 2010).

A partir de 2017, por ocasião do trabalho de campo para o doutorado em Antropologia, e a par da formação da então mais recente turma de PLPs, estivemos em contato direto com a cofundadora da ONG, Lourdes Luna. As portas se abriram para o que se tornaria esta experiência de pesquisa, contando com presença em reuniões tanto da ONG como das PLPs; como na militância, em atos políticos como o Grito dos Excluídos, em homenagem ao GMM na câmara dos deputados, dentre outras oportunidades de alertar para o combate à violência contra a mulher, contra o golpe de Estado; também em viagem ao Sertão na qual se constatou a interiorização das ações do GMM – incluindo historicamente a formação de mulheres e crianças para o acesso à cidadania – no espaço Benvirá, e na qual também começaram a ser feitas as primeiras entrevistas, em Afogados da Ingazeira, de onde foi possível encontramos a expressão “difíceis de domar”.

O Grupo Mulher Maravilha tem como missão lutar pela promoção de Direitos Humanos numa perspectiva de gênero, raça e etnia, pelo acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para a construção de uma nova sociedade. É filiado à Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Sempre atuou de forma articulada com outras organizações, redes e fóruns como: Articulação Aids, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Rede de Educação Jurídica Popular. Na luta por Direitos Humanos, perceberam que a justiça não é algo abstrato e distante, mas é necessário lutar pela democratização do conhecimento dos direitos. Entender “o direito na sua dimensão legal” e da dinâmica da sociedade para conseguir o acesso à Justiça. A fala, em formato de postagem, da cofundadora do GMM Lourdes Luna, expressa esta dimensão e está relatada a seguir:

Não basta agora chorar os milhares de mortos oficiais e subnotificados. E as pessoas adoecidas e sequeladas? Se não tivéssemos abandonado as ruas, talvez hoje a gente tivesse milhares de vidas salvas já que tínhamos o melhor programa do mundo, o SUS que é cidadania expressão de igualdade, de acesso a serviços de qualidade, de igualdade. A 8ª. Conferencia de Saúde criou o Sistema Único de Saúde, área prioritária no processo de desenvolvimento da sociedade, garantido por lei na nossa constituição, ora sendo rasgada. **[O PT, o SUS e a comunidade]**. WhatsApp: [Somos Tod@s Maravilha]. 6 nov. 2021. 13h56. 1 mensagem de Whatsapp).

A partir de 2005, o projeto das Promotoras Legais Populares viabilizou um processo de formação política com as mulheres pernambucanas, dando oportunidade de conhecer sobre seus direitos, os Direitos Humanos, bem como favorecer o acesso à justiça, ao poder público e ao exercício da cidadania.

PLPs e noções de cidadania, teoria e prática

Alguma coisa tem sido escrita a respeito do movimento de mulheres, a interseção gênero, raça e etnia e noções de cidadania e direitos, bem como a respeito de PLPs e sua formação ao redor do mundo, na América Latina e no Brasil, onde chegou por volta de 1993, através das ONGs Themis no Rio Grande do Sul e da União de Mulheres de São Paulo. Sendo assim, temos que “as profundas desigualdades e a perpetuação da pobreza são resultado, ainda, do histórico déficit de cidadania e efetivação de direitos para a grande maioria da população, sobretudo para as mulheres e a população negra” (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p. 20).

No Brasil, conforme Jaccoud (2011, *apud* Ferreira; Ávila; Vieira, 2014),

A pobreza e o pobre remetem questões centrais à sociedade: de um lado, os problemas referentes à ordem econômica em um contexto de mercado de trabalho restritivo no que se refere à criação de empregos, trabalho e renda; de outro lado, problemas de ordem política, referentes à construção dos direitos sociais e da cidadania (Jaccoud, 2011, p. 122).

E o curso de PLPs vem como uma solução possível a esses problemas de ordem política, uma vez que elas aprendem sobre leis e direitos e passam a exercer melhor sua cidadania, principalmente em seus bairros populares. Outras PLPs ficam impedidas de comparecer às reuniões de articulação por estarem solucionando problemas de ordem econômica, na busca de empregos ou mesmo de empreender.

A nosso ver, a pobreza não é apenas um estado no qual se insere ou permanece um contingente maior ou menor de pessoas; a pobreza é

resultado do processo histórico de produção de desigualdades que, no caso brasileiro, forjam-se nas relações sociais de classe, de raça e de gênero. Um processo que, em suas dimensões históricas, contém dimensões objetivas e subjetivas, materiais e simbólicas, forjadas em uma história de não acesso a direitos e cidadania, de assistencialismo e clientelismo, de estigmatização e discriminação frente à pobreza (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p. 21).

Conforme descrito acima, podemos inferir que os cursos de PLPs são importantes vetores para viabilizar o acesso aos direitos e a cidadania, com dimensões objetivas e subjetivas no combate à situação de pobreza, que em geral caracteriza as cursistas. O curso contribui para a quebra do processo histórico de produção de desigualdades, uma vez que empodera as mulheres de conhecimentos e capacidade de agir, em outras palavras, agência.

O Grupo Mulher Maravilha, tendo como missão a promoção de direitos humanos transversados por gênero, raça e etnia, para promover o acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para construção de uma nova sociedade, promoveu quatro cursos de formação de PLPs, permitindo *legal literacy* a mulheres advindas de comunidades, com diferentes níveis de escolaridade, porém atuantes em seus bairros já anteriormente ao curso.

As questões colocadas pelo movimento feminista sobre a autonomia econômica, tomando aqui como referência a elaboração construída no âmbito da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, referem-se à autonomia econômica como a capacidade de autodeterminar projetos de vida e está relacionada, para além do acesso à renda, ao acesso a serviços públicos, direitos e à proteção social; as tensões entre trabalho produtivo e reprodutivo, incluindo jornada de trabalho e acesso à política de cuidados; as condições e características do trabalho e a relação entre trabalho e corporeidade; a participação e organização política; os aspectos inerentes à construção da subjetividade das mulheres e o contexto de relações sociais de gênero e raciais desiguais e suas expressões (opressão, controle, violência, dentre outros) (Ferreira; Ávila; Vieira, 2014, p.26).

Sendo assim, a partir de noções de cidadania no plano teórico, através dos cursos é possível formar PLPs capazes de multiplicar a atuação, promovendo direitos próprios e de outras mulheres, no combate à desigualdade. Sua experiência atuante permite transformar a teoria em prática(s) cidadãs.

Empoderamento, direitos e justiça

O termo empoderamento pode ser visto primeiro nos Estados Unidos da América, relacionado aos movimentos de lutas negras e civis que influenciaram cada vez mais os afro-americanos na participação política e social (Calhoun-Brown, 1998, p. 3 *apud* Luttrell *et. al.*, 2009). Desde então a questão do protagonismo participativo e da luta por causas de justiça social já estava presente.

Na década de 1990, a ideia de empoderamento foi associada à democratização da América Latina. Muita atenção tem sido dada ao empoderamento econômico, como podemos ver na afirmação de Rosalind Eyben, Naila Kabeer e Andrea Cornwall (2008), ao dizerem que “o empoderamento acontece quando indivíduos e grupos organizados são capazes de imaginar seu mundo de maneira diferente e realizar essa visão mudando as relações de poder que os mantêm na pobreza” (p. 03). Para além do empoderamento econômico, tal fenômeno deve ser visto como um processo multifacetado e subjetivo, tendo em vista que é um processo que muda a ideia de quem se é em relação às instituições sociais que moldam sua identidade, e, assim sendo, “o empoderamento deve ser apreciado como um caminho e não um edifício” (Eyben; Kabeer; Cornwall, 2008, p. 06).

As dimensões do empoderamento são sociais, econômicas e políticas e fazem uma distinção entre o "Poder interior" (auto-estima, autoconhecimento, coragem para fazer coisas que nunca imaginavam ser capazes) e o "Poder com" (trabalhar ao lado de outras pessoas para reivindicar o que é delas por direito) (Eyben; Kabeer; Cornwall, 2008).

Aqui vemos a importância da subjetividade e de uma mudança interior de perspectiva, de reconhecimento de querer, que leva a uma capacidade maior de articulação com outras pessoas, revelado no poder de atingir objetivos *com* outras companheiras, no caminho à obtenção de direitos.

Etnografando PLPs e ouvindo interpretações e revelações sobre empoderamento

O Grupo Mulher Maravilha (GMM) foi fundado no Bairro Nova Descoberta, em Recife, PE, em 1975, Ano Internacional da Mulher. O Brasil vivia sob intensa repressão política que implicava total negação dos Direitos da Pessoa Humana. As fundadoras foram mulheres inconformadas com a situação de opressão e discriminação vividas no dia a dia e, refletindo, identificaram como causa da situação vivida por elas e por todo o povo brasileiro as contradições de uma sociedade patriarcal, capitalista e racista.

É filiado à Associação Brasileira de ONGs (ABONG). Sempre atuou de forma articulada com outras organizações, redes e fóruns como: Articulação Aids, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente e à Rede de Educação Jurídica Popular. Na luta por Direitos Humanos, perceberam que a justiça não é algo abstrato e distante, mas é necessário lutar pela democratização do conhecimento dos direitos. Entender “o direito na sua dimensão legal” e da dinâmica da sociedade para conseguir o acesso à Justiça.

Foi a partir do contexto de uma viagem para conhecer o espaço Benvirá, filial do Grupo em Afogados da Ingazeira, que foi possível dar início às primeiras entrevistas, tendo em vista que já se faziam outras anotações (em diferentes ocasiões - de falas importantes de representantes de movimentos e instituições presentes, de maneira a entender as causas da luta por direitos em que o GMM esteve e está envolvido, em meio a dinâmicas de grupo, cantorias, cartazes, tornando profícuo o momento das entrevistas na copa, diante de tal mobilização.

Conversando com PLPs formadas e atuantes, podemos perceber como se dá na prática o que foi absorvido de teoria-prática no curso, e suas noções agora que detêm o título de Promotoras Legais Populares proferido em certificado de conclusão do curso oferecido a cada edição. Mitiam se formou em 2017 e vejamos o que ela tem a dizer sobre sua experiência enquanto cursista e então PLP em ação em sua trajetória de vida e na construção de redes de apoio e de amparo:

Então assim, eu enquanto Promotora Legal, eu me sinto feliz, muito feliz, porque eu posso atuar conhecendo leis, conhecendo espaços. Eu conheci o espaço Clarice Lispector, que é um espaço acolhedor para mulheres em situação de violência. Procurei também com essa minha amiga, levei ela lá no Clarice Lispector. Eles têm apoio jurídico, atendimento psicológico, a gente deu entrada lá. De lá a gente recebeu um documento, seguiu para a delegacia da mulher, e aí todos os trâmites, ela tá sendo acompanhada também, via telefone, eles têm uma mensagem que mandam no celular das mulheres perguntando se tá tudo bem, porque aí se ela responder que não está eles chegam com a viatura. Então assim, esse sim é um exercício de cidadania, a gente não deve se omitir, não deve se deixar levar pela covardia, pelo medo, a gente não deve. Nós temos um papel social muito importante. Eu não posso ser egoísta e medrosa ao ponto de negar ajuda a uma pessoa. Se eu tenho uma possibilidade de chegar até ela, eu vou sim, exercitar tudo que eu aprendi aqui no curso de Promotoras Legais Populares. Eu sou muito feliz, sou muito grata pela oportunidade deste espaço aqui tão maravilhoso, mágico (Mitiam. Entrevista realizada em ago. 2018).

Atuando mais fortemente e historicamente como referência na formação de PLPs, o GMM pode formar ao menos quatro grupos de mulheres, as quais além de se formarem, passam a atuar como multiplicadoras, fazendo parte da formação das turmas subsequentes, seja na coordenação, co-coordenação, ministrando aulas e relatando experiências, ressignificando e multiplicando noções de cidadania, direitos e acesso à justiça.

As mulheres passaram a discutir sua situação do lar e da comunidade e a refletir sobre os problemas do país, questionando as relações de poder, as formas de opressão e de exploração e a ensaiar uma luta pela conquista de direitos negados há séculos, propondo mudanças sociais.



Figura 1: Marineide Mota e seu certificado como Promotora Legal Popular

Fonte: a autora (2017)

Na turma de 2021, tivemos a atuação da advogada popular Layse Fidelis como coordenadora em conjunto com a psicóloga Marineide Mota (*in memoriam*). De acordo com sua perspectiva, reitera que a maioria das mulheres eram negras no curso e que foram trabalhados seus direitos e orientações para sua atuação nas periferias.

Mudou o seguinte no sentido de principalmente de eu ter me formado como advogada ter noção dos dispositivos jurídicos e passar pras mulheres que muitas vezes não sabem nem ir atrás de seus direitos

como uma pensão alimentícia, como se proteger de uma agressão, de violência doméstica, como se dirigir então são certas orientações que eu posso passar que poderiam estar comigo mas eu passo de forma leve, popular, e agregar ao feminismo popular, e a fortalecer as redes, porque no momento que eu sei e passo pra você o meu conhecimento, você já vai passar pra o outro e ir fortalecendo os territórios. Se a gente pensar que nós mulheres temos que lutar duas vezes mais que o homem e que a mulher negra tem que lutar dez vezes mais o que uma mulher branca e o curso a maioria tinha mulheres negras e a gente precisava mostrar o valor delas, da luta, e que elas têm os seus direitos, e também têm deveres também, e que podem fortalecer as mulheres da sua localidade, da sua periferia. Os depoimentos são assim ah se eu soubesse disso antes. Fulana me procurou pra dar um acompanhamento na delegacia, fulana me procurou pra ter acesso ao Cadastro Único, são questões como principalmente a Maria da Penha que a gente abordou no curso (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

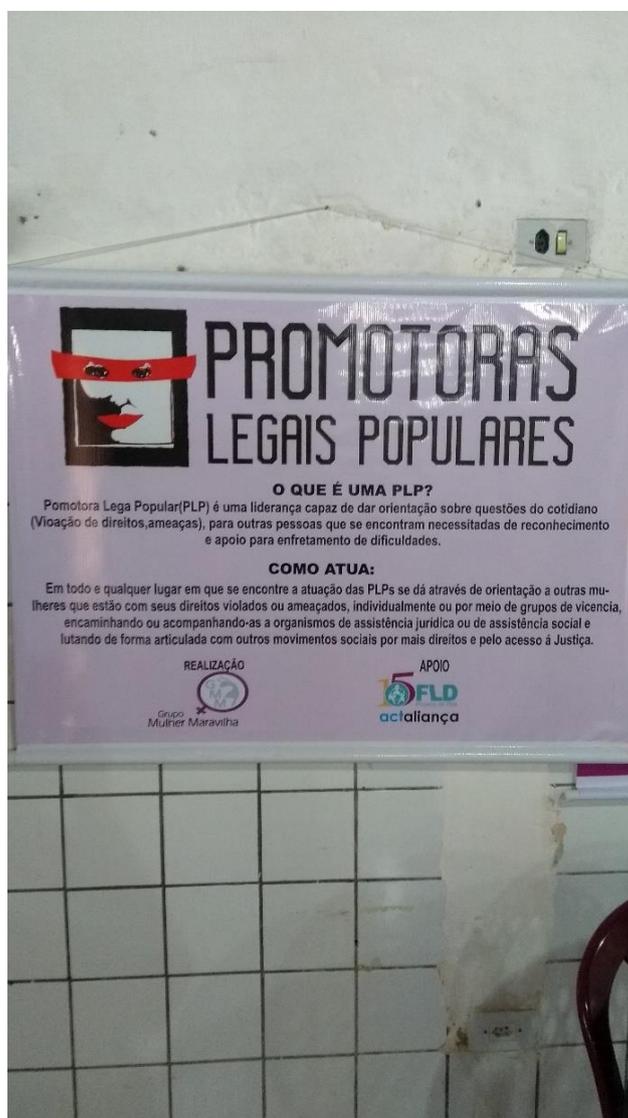


Figura 2: Banner informativo sobre PLPs
Fonte: a autora (2017)

Lê-se no banner apresentado que PLP é “uma liderança capaz de dar orientações sobre questões do cotidiano (violação dos direitos, ameaças), para outras pessoas que se encontram necessitadas de reconhecimento e apoio para enfrentamento de dificuldades”. E vai, além, descrevendo como é sua atuação: “em todo e qualquer lugar em que se encontra a atuação das PLPs se dá através da orientação a outras mulheres que estão com seus direitos violados ou ameaçados, individualmente ou por meio de grupos de vivência, encaminhando ou acompanhando-as a organismos de assistência jurídica ou de assistência social e lutando de forma articulada com outros movimentos sociais por mais direitos e pelo acesso à Justiça”.

Procuramos mostrar a inseparabilidade de empoderamento individual e coletivo, sem deixar de ressaltar a agência proveniente da participação em ações que são protagonizadas. Insisto na multiplicidade de direções que o empoderamento pode tomar e levo em conta as questões mais associadas aos grupos específicos feministas na busca de direitos e a prática de promoção legal popular.

Em suas próprias palavras, tornam-se “difíceis de domar”, uma vez que se apropriam do conhecimento, da capacidade de defesa e argumentação, além da resistência, da capacidade de articulação para a mudança e do modo a “fomentar o ativismo jurídico no campo dos Direitos Humanos” e enfrentar a burocracia jurídica (Ricoldi, 2011, p. 200).

Fonseca (2012) considera o curso como uma “porta” para que as mulheres que vivenciam as amarras das opressões, em especial, em “casa”, como simbologia do espaço privilegiado de opressão da mulher, consigam “sair”, ou seja, se libertem para construir os seus Direitos na “rua”.

Neste contexto, a formação em PLP busca: promover a garantia dos Direitos Humanos e da equidade de gênero e etnia; educar para a garantia dos Direitos Humanos Fundamentais; educar para os direitos sexuais e reprodutivos; desenvolver ações na família e na comunidade que contribuíssem para a compreensão do fenômeno da violência e estratégias de enfrentamento; contribuir para o fortalecimento de uma consciência crítica das mulheres, favorecendo sua participação na vida pública e privada.

A seguir, explana-se de maneira mais etnográfica as interpretações das PLPs em torno de seu conhecimento, formação e atuação, de onde nas entrelinhas é possível ler como se tornaram empoderadas, em outras palavras “difíceis de domar”.

Para Maria Aparecida, são traços de personalidade que foram modificados, a fortalecendo enquanto pessoa contestativa, consciente de seus direitos e deveres e mais preparada para lutar e enfrentar, deixando de ter uma atitude calada perante as adversidades. “A pessoa fica muito mais consciente, de direito e de dever, mais forte, mais preparada para enfrentar, para lutar (...) Era muito fechada para a vida, muito calada. Não contestava, aceitava mais as coisas. Já não sou aquela pessoa tão calada.” (Maria Aparecida. Entrevista realizada em jun. 2018).

Ela ressalta como se tornar PLP modificou seu pensamento em relação ao aprendizado, sua definição como feminista e a questão de agora saber exigir seus direitos. Para ela, ser PLP:

É uma pessoa que quer aprender mais, lutar pelos seus direitos, porque a gente sabe que a gente tem direito, mas as pessoas não deixam a gente tomar posse dos nossos direitos. Agora sei exigir os meus direitos da mulher, de mãe de família, de idosa, e sei lutar. Eu tô com a espada preparada pra brigar, mas não atingir ninguém. A gente somos mulheres da luta, eu sou feminista e posso dizer que agora eu sei exigir meus direitos (Malu. Entrevista realizada em jun. 2018).

Quando a gente conhece os nossos direitos, a gente não é muito passado pra trás, e as pessoas temem um pouco, temem assim, as pessoas que não têm os mesmos pensamentos, não têm o mesmo princípio de respeito. Eu tenho colega que, diante de uma situação, ela foi humilhada no trabalho, e assim ela não soube se defender, eu não tava presente no momento. Foi uma outra pessoa que me disse, e que foi pela chefia, e essa chefia ela já chamou essa colega várias vezes, mas nesse dia foi em público. Já teve situação semelhante, e eu nunca fui chamada sozinha pra conversar com essa chefia. Quando ela coloca uma situação, eu digo: “Olha eu não concordo com isso.” Eu tenho segurança em dizer isso, eu tenho, enquanto os colegas concordam comigo mas não se expõem, têm medo de se expor pra não ficar sendo marcada, visada, e eu não tenho isso, eu digo e que goste ou que não goste, mas eu vou me posicionar, eu não vou me calar diante de uma situação que eu não concordo. E a gente tá em um processo de construção, a gente tem que admitir, tem que aceitar opinião tem que ouvir e essa segurança vem do curso PLP também. Dizer assim: “Olhe eu não concordo com isso.” Como aconteceu de eu receber orientação de fazer algo e eu dizer: “Isso foge das minhas atribuições, isso aqui não é pra um bem coletivo então eu não vou fazer isso pra beneficiar questões fora disso.” Então eu tenho conhecimento (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Ela pontua uma questão muito cara ao curso PLP, o reconhecimento de direitos, dado que a mesma diz “quando a gente conhece nossos direitos a gente não é muito passado para trás”.

Ser uma PLP é ter a missão de promover e de lutar pelos seus direitos como mulher, e sabendo que nós mulheres conquistamos a base de muita luta, e não só, sempre a base de coletividade. É interessante que você esteja em rede, se fortaleça, para enfrentar os obstáculos, informar pra aquela mulher que ela pode mais (Layse. Entrevista realizada em dez. 2021).

É empoderamento. Porque através do curso aprendi muito sobre direitos, onde procurar direitos, até agora né aqui no Mulher Maravilha estou aprendendo cada dia mais, onde procurar os direitos, onde orientar mulheres e esse curso ele não só melhorou como assim falar ao microfone, falar ao público foi de muita valia porque eu não tinha esse empoderamento mas com esse curso e com a continuidade com as meninas e frequentando as aulas de direitos humanos é que comecei a falar melhor, me apresentar melhor (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018).

Além disso, é possível perceber que os aportes teóricos do curso PLP trazem a essas mulheres atuação na política, fazendo com que reconheçam seus direitos, seus deveres, suas posições políticas, bem como conhecimento acerca de questões que permeiam nossas vidas, fazendo com que elas sejam capazes de moldar suas identidades tendo consciência de seus valores internos, o enunciado da agricultora e interiorana Alice sobre o curso, quando ela diz que “Eu não tinha noção assim. E eu tinha uma identidade que eu não sabia”, carrega uma carga semântica de sentidos muito reveladoras a respeito do GMM e o curso PLP.

É pela consequência do processo que a mulher passou, quando ela passa a se querer, quando ela passa a se ver, quando ela passa, ela passa a entender que é uma sujeita de direitos, que ela não está abaixo dos direitos por ser mulher, então se nesse processo ela entende que a separação também é o certo, aí ela vai acontecer, né! (Marineide. Entrevista realizada em ago. 2019).

Então esse era o formato e que eu acredito nesse formato, eu acho que é importante tanto dialogar com os homens para que eles entrem num processo de reflexão para que eles possam fazer algumas necessárias mudanças, e também conversar com a mulher, ela enquanto educadora, enquanto educando homem-filho, e filha-mulher, o que é que elas têm feito deste lugar, se a gente vai falar em direitos iguais só na vida adulta deles e como formá-los na perspectiva de igualdade entre homens e mulheres, quem é que tá varrendo a casa, por exemplo, quem é que tá

lavando a louça, quem é que tá arrumando as coisas? (Marineide. Entrevista realizada em jul. 2019).

Então ela é uma pessoa que ela não se entrega, ela corre atrás, ela busca os direitos, mas mesmo assim ela tava em sofrimento. Só que ela teve o diferencial de como sair dessa situação sem passar pelo pior, porque ela tinha conhecimento. (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Aí eu aguardo ela me procurar e também no meu acolhimento na unidade de saúde, pronto no dia sempre eu trago sempre fala de empoderamento de direitos e deveres. de busca de direitos, de luta. Sempre trago essa fala de empoderamento mesmo, de autoestima. É aquela coisa tem gente que diz que ah não adianta, eu digo mas também não atrasa, não vai atrasar às vezes a gente diz liga o 0800, ah não adianta, mas também não vai atrasar, então o ideal é usar todos os equipamentos, todas as ferramentas que você tem pra ir em busca de melhoria, de se ajudar (Alice. Entrevista realizada em ago. 2019).

Principalmente lutas. A gente ir pra a rua sabendo o que quer, procurando mais mulheres, falando melhor, a minha frequência nas comunidades, falar com as mulheres, levando elas ao lado dos seus direitos conseguimos tirar algumas mulheres da comunidade e levar elas para a luta. Elas mesmas agora eu gosto muito de trabalhar com mulheres e suas finanças, porque muitas delas sabem fazer as coisas mas não têm, sabe fazer artesanato, mas nunca atinou de fazer e vender pra ter sua própria renda, umas sabem fazer tapioca muito bem, sabem cozinhar. Muitas delas ficaram com liberdade financeira através disso, fazendo seus alimentos e vendendo. Eu fiz parte disso. Tem o banco do povo então elas pegavam dinheiro e a gente sempre dizendo vá fazer pra vender pra ter sua liberdade financeira. Eu tenho certeza que fiz parte disso. Abrindo mais o leque pra melhorar a vida das mulheres (Marize. Entrevista realizada em ago. 2018)

A capacitação como PLP permite a apropriação dos conhecimentos teóricos e práticos sobre as leis, o direito e o aparato da justiça, buscando também desenvolver nas mulheres uma consciência crítica em relação aos conteúdos que possam prejudicar a igualdade de direitos entre homens e mulheres. As PLPs aprendem quais são os direitos juridicamente assegurados e reconhecem as situações nas quais ocorre a violação dos mecanismos jurídicos de reparação. São mulheres lutando por direitos humanos, delas mesmas e dos seus/suas e outras/os, promovendo e praticando o bem comum.

Desafios de família, gênero, saúde e sexualidade, se interpõem a todo momento na vida dessas mulheres, que lutam pelos direitos umas das outras, cuidando-se e

“tomando conta” de suas comunidades, seus bairros, suas adjacências, onde quer que pisem, demonstrando a força de sua luta.

As PLPs formadas relatam, em diferentes falas, como aumentar seu poder de articulação e de fala pública, de posicionamento, e como são agora mais capazes de se articular para provocar mudanças e reivindicar direitos.

Considerações à guisa de conclusão

O Grupo Mulher Maravilha, tendo como missão a promoção de direitos humanos transversados por gênero, raça e etnia, para promover o acesso à cidadania da população vítima de exclusão social e pelo empoderamento das mulheres para construção de uma nova sociedade, promoveu quatro cursos de formação de PLPs, permitindo *legal literacy* a mulheres advindas de comunidades, com diferentes níveis de escolaridade, porém atuantes em seus bairros já anteriormente ao curso.

Tais formações foram permeadas por uma pedagogia Libertadora e Dialógica, tal como preconizado por Paulo Freire, e perpassaram temas como direitos fundamentais das mulheres nas relações familiares, garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, proteção e garantia dos direitos reprodutivos, garantia dos direitos das mulheres no trabalho e discriminação étnica, levando em conta as experiências e contextos das próprias cursandas no caminho à construção de conhecimento.

Essas PLPs formadas se inserem como movimento social no combate à violência contra a mulher, atuam na revisão jurídica e na busca por reparações e justiça, fazendo uma pressão social na memória da sociedade e do Estado. Fazem parte de um movimento social de feministas questionando poder e cultura machista, reivindicando o direito de viver, trabalhar e circular socialmente. Os casos jurídicos foram vistos como fábulas, e os grupos sociais se formaram em torno da implementação da Lei Maria da Penha, enquanto perseguem um “patriarca atacável”. Atuam no controle social sobre as redes de assistência às vítimas.

Elas estão imbuídas por um olhar feminista em que prevalece a questão da desigualdade de gênero com um olhar transversal à diversidade cultural, mas com a perseguição da defesa dos direitos.

Em sua atuação, elas provocam um colapso da neutralidade institucional através de um engajamento com as vítimas, num contexto de “camaradagem”. Num processo de autoconhecimento, durante e após a realização do curso, é possível acessar sua

“experiência total de vida”, amparadas por uma “notoriedade”, “popularidade”, e “boa reputação”. O “legal popular” que elas carregam no título que lhes foi outorgado está intrinsecamente ligado tanto ao conhecimento dos direitos quanto ao combate à situação de pobreza, tal como acontece com mulheres trabalhadoras familiares sem remuneração. Refletindo sobre si próprias e sua atuação em momentos de entrevistas com a pesquisadora, chegamos ao termo “difíceis de domar”, e ao analisar suas falas percebemos uma subdivisão em quatro eixos para justificar ou amparar tal fato de serem mais assertivas e resistentes. Consideramos que elas “não são uma presa fácil” pelo amparo de uma rede, tanto da ONG que as formou quanto da Lei quanto dos serviços de assistência as mulheres vítimas de violência; por saberem como construir sua vida particular, seja pela realização de cursos e aprimoramentos profissionais, seja pela sua imposição nas relações domésticas com o companheiro, seja na busca por saídas à situação de pobreza; por terem uma clareza na política, participando de campanhas como “Meu voto será feminista”, no apoio a políticos específicos, privilegiando a atuação da mulher nos espaços de poder, transversalizando com outras causas; e, por fim, por atuarem como multiplicadoras, tornando outras mulheres também “difíceis de domar”, quando orientam mulheres, escutam, acompanham a mulher em denúncias e visitas a serviços.

REFERÊNCIAS

BATLIWALA, S. Taking the power out of empowerment – an experiential account. In: CORNWALL, A; EADE, D. (org). **Deconstructing development discourse: buzzwords and fuzzwords**. Warwickshire: Practical Action Publishing Ltd, 2010.

CORNWALL, A.; EDWARDS, J. Introduction: Negotiating empowerment. **IDS Bulletin**, USA, v. 41, n. 2, p. 1-9, mar. 2010. Disponível em: <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/7816/IDSB_41_2_10.1111-j.1759-5436.2010.00117.x.pdf?sequence=1>. Acesso em: 15 fev. 2019.

EYBEN, R. *et al.* **Conceptualising empowerment and the implications for pro poor growth**: a paper for the DAC Poverty Network. Institute of Development Studies. p. 37, 2018. Disponível em: <<http://www.gsdrc.org/docs/open/se8.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

FERREIRA, V; ÁVILA, B; VIEIRA, C. As políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil: uma análise feminista. In: Uma análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai, **CFEMEA**, Brasília, 2014, p. 17-68.

FONSECA, L. G. D.D. **A luta pela liberdade em casa e na rua:** a construção do Direito das mulheres a partir do projeto Promotoras Legais Populares do Distrito Federal. 2012. 171f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito – UNB. Brasília, 2012.

KABEER, N. Women's economic empowerment offers a win-win scenario. **The Guardian**, 06 nov.2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2012/nov/06/women-economic-empowerment-win-scenario>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment, **Development and Change**, v. 30 n. 3, p. 435-464, dez. 1999. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-7660.00125>>. Acesso em: 02 set. 2019.

LUTRELL, C. *et al.* **Understanding and operationalising empowerment**. London: Overseas Development Institute, 2010.

OLIVEIRA, J. G.D. S. **Feminismo, direitos e subjetividades:** a União de Mulheres de São Paulo. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, São Paulo, jul. 2001.

RICOLDI, A. M. **Paraíba Mulher Macho:** Gênero, Cultura e Política na Educação Jurídica Popular em João Pessoa – PB. 2011. 232f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

RICOLDI, A. M. Gênero e cidadania: a experiência das promotoras legais populares em São Paulo. 2006. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2006. São Paulo. Orientador(a): Eva Alterman Blay.

SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO. **Promotoras Legais Populares de Recife recebem certificados de conclusão de curso**. 2009. Disponível em: http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/exibir_noticia?groupId=30863&articleId=137544&templateId=31823. Acesso em: 15 set. 2015.